



**SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja**

**ESCLARECIMENTOS, PERGUNTAS E RESPOSTAS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013 PARA A
CONCESSÃO PATROCINADA DA PRESTAÇÃO DOS
SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS
DA LINHA 6 – LARANJA DE METRÔ DE SÃO PAULO,
CONTEMPLANDO IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS CIVIS E
SISTEMAS, FORNECIMENTO DO MATERIAL RODANTE,
OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E
EXPANSÃO.**

RESPOSTAS A QUESTIONAMENTOS

QUESTÃO 17:

A Portaria CAT 03/2013 no Anexo IV do EDITAL estabelece que as condições para a fruição da isenção do ICMS nas operações internas com bens e mercadorias destinados à implantação da Linha 6.

O inciso III, do Art. 1º desta Portaria menciona sobre o estabelecimento que faz operação internas de bens ou mercadorias com destino à sociedade de propósito específico ou às empresas contratadas pela sociedade de propósito específico, e consideramos que a sociedade de propósito específico seria CONCESSIONÁRIA.

Nesse sentido, entendemos que a isenção do ICMS poderá ser aproveitada pelas empresas subcontratadas pelas empresas contratadas da CONCESSIONÁRIA incumbida da implantação da Linha, ou seja, as empresas por ela contratadas seriam construtora e fornecedores de equipamentos (nível1), e as empresas subcontratadas por essas seriam outros fornecedores (nível 2), estando todos esses níveis ao alcance do benefício concedido.

1.) Entendemos que proponentes poderão apresentar proposta com base no entendimento acima exposto. Favor confirmar.

2.) Considerando a cláusula 21.3.6 estabelece que alteração de tributos deve ser motivo para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, entendemos que aplica-se recomposição do equilíbrio caso houver o tratamento diferente de isenção de ICMS acima na fase de implementação. Pedimos a confirmação deste entendimento.

RESPOSTA 17: 1) Não. O benefício previsto pelo artigo 160 do Anexo I do Regulamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços (RICMS), disciplinado pela Portaria CAT 03/2013, alcança exclusivamente as operações destinadas à sociedade de propósito específico (Concessionária) e às suas contratadas. Ou seja, nas operações destinadas às



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja

subcontratadas, assim entendidas as contratadas das contratadas da Concessionária, não se aplica o benefício da isenção prevista pelo artigo 160 do Anexo I do RICMS e 2) Qualquer alteração da legislação do Estado de São Paulo que regulamenta o convênio ICMS 94/2012 e afete o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ensejará reequilíbrio.

QUESTÃO 18:

De acordo com o Convênio ICMS n. 94/2012 do CONFAZ e Artigo 143-A RICMS/PR, serão isentas de ICMS as operações internas e interestaduais com bens e mercadorias destinados às redes de transportes públicos sobre trilhos de passageiros. Note que o Convênio foi recepcionado por ambos os Regulamentos de ICMS nos Estados de São Paulo e do Paraná por meio dos Decretos n. 58.168/2012 e Decreto n. 6.909/2012, respectivamente.

Nesse sentido e considerando que a operação consiste na venda da empresa localizada no estado do Paraná para a empresa localizada no estado de São Paulo para posterior revenda de equipamentos destinados à construção da Linha 6 – Laranja, entendemos que tanto a operação de venda pela empresa localizada no estado do Paraná como a operação de revenda pela empresa localizada no estado de São Paulo, serão isentas de ICMS como 0% (zero por cento) para mercadorias empregadas na construção, manutenção ou operação da Linha 6.

1.) Entendemos que proponentes poderão apresentar proposta com base no entendimento mencionado acima. Favor confirmar.

2.) Considerando a cláusula 21.3.6 estabelece que alteração de tributos deve ser motivo para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, entendemos que aplica-se recomposição do equilíbrio caso houver o tratamento diferente de isenção de ICMS acima na fase de implementação. Pedimos a confirmação deste entendimento.

RESPOSTA 18: Não. Na situação descrita na pergunta, a revenda realizada pela empresa localizada no Estado de São Paulo com destino à sociedade de propósito específico (Concessionária) ou às suas contratadas estão isentas de ICMS, conforme disposto no artigo 160 do Anexo I do Regulamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços (RICMS), disciplinado pela Portaria CAT 03/2013. A isenção ou qualquer outro benefício tributário de ICMS nas operações interestaduais com destino à empresa paulista mencionada na pergunta depende de previsão da legislação do Estado de origem e 2) Apenas alterações da legislação do Estado de São Paulo que regulamenta o convênio ICMS 94/2012 e afete o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ensejará reequilíbrio.

QUESTÃO 19:

Item 6.6 do Edital

Entendemos que a 2ª via do envelope da garantia de proposta poderá conter cópias



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja

simples da 1ª via da garantia de proposta, a qual deve ser apresentada em sua forma original ou por cópia devidamente autenticada. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, solicitamos esclarecer.

RESPOSTA 19: A 1ª via da garantia de proposta deverá ser apresentada em sua forma original e a 2ª via, em cópia simples.

QUESTÃO 20:

Item 6.8 (b) do Edital

Considerando o teor do art. 129, 6º, da Lei Federal n. 6.015, de 31.12.73, entendemos ser obrigatório o registro dos documentos de procedência estrangeira, acompanhados das respectivas traduções, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, solicitamos esclarecer.

RESPOSTA 20: Os documentos de procedência estrangeira deverão ser apresentados nos termos dispostos no § 4º do artigo 32 da Lei Federal 8.666/93, lei específica para o caso, conforme exigido no item 6.8 do edital, ou seja, além da tradução juramentada para a Língua Portuguesa realizada por tradutor juramentado matriculado em qualquer uma das Juntas Comerciais do Brasil, também deverão estar certificados pelo notário público do país de origem e autenticados pelo Consulado Geral do Brasil do País de origem.

QUESTÃO 21:

Item 7.1.3(c) do Edital

Solicitamos a indicação da base legal adotada para a exigência de que a garantia de proposta apresentada na modalidade de seguro-garantia esteja acompanhada da comprovação da contratação de resseguro.

RESPOSTA 21: A exigência decorre da faculdade que a Administração tem de escolher a melhor forma de preservar o interesse público.

QUESTÃO 22:

Item 7.1.5 do Edital

Não obstante a disposição contida no item 7.1.5 do Edital, entendemos que a garantia da proposta deve ser prorrogada sempre que houver a necessidade de prorrogação da validade das propostas, devendo permanecer válida até a assinatura do contrato, independentemente do fato de a licitante ser a vencedora ou não. Ademais, entendemos que a não prorrogação da garantia implicará apenas a desclassificação da Licitante. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, solicitamos esclarecer.



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja

RESPOSTA 22: Vide item 7.1.5 do edital, se houver a necessidade de prorrogação da validade das propostas, a mesma deverá ser realizada apenas pela licitante adjudicatária.

QUESTÃO 23:

Itens 7.2.5; 18.2.2 e 18.2.2.1 do Edital

Considerando o estabelecido no itens 7.2.5, 18.2.2 e 18.2.2.1 do Edital, entendemos que o edital pretendeu proibir a alteração do cronograma do Anexo VI pelos licitantes durante a fase de licitação, de forma a assegurar a isonomia das propostas, podendo o cronograma sofrer alterações oriundas da realidade de execução das obras ou mesmo por determinação do Poder Concedente, dentro dos critérios estabelecidos no Contrato, durante a execução dos serviços. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, solicitamos esclarecer.

RESPOSTA 23: O entendimento está correto.

QUESTÃO 24:

Item 9.4 do Edital

Entendemos que, no caso de Consórcio, a declaração de pleno atendimento aos requisitos do edital, exigida no item 9.4 do Edital, deve ser assinada pela empresa líder, em nome do Consórcio. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, solicitamos esclarecer.

RESPOSTA 24: O entendimento está correto, valendo o item 8.1.3 alínea “f” do Edital.

QUESTÃO 25:

Item 9.7 e 9.7.1 do Edital

Da leitura dos itens 9.7 e 9.7.1 do Edital é possível depreender que a abertura do invólucro A do envelope 2 e a classificação das propostas comerciais ocorrerão na mesma sessão. No entanto, é necessária a abertura de prazo para as licitantes analisarem as propostas comerciais das demais licitantes. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, solicitamos esclarecer.

RESPOSTA 25: As propostas serão franqueadas aos representantes dos licitantes presentes nos termos do item 9.7.1. O envelope 3 somente será aberto na mesma sessão, observado o item 9.8, se todas as Licitantes desistirem da interposição de recurso em face do resultado.

QUESTÃO 26:

Item 12.1.2 do Edital

Visando ao cumprimento da disposição contida no item 12.1.2 do Edital, entendemos que o valor previsto para o investimento do empreendimento da Linha 6 a ser



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja

considerado para cálculo do valor da garantia de execução deve ser o valor do investimento a ser realizado pela Concessionária, excluídos os valores aportados ao empreendimento a título de aporte público. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, solicitamos esclarecer.

RESPOSTA 26: Não está correto. A garantia de execução deverá refletir o valor total do investimento a ser realizado pela Concessionária e constante do plano de negócios, incluindo os valores equivalentes aos aportes de recursos.

QUESTÃO 27:

Cláusula 4.1.2.1 da Minuta de Contrato

O Contrato dispõe que o prazo de vigência da concessão apenas se inicia após concluída a Etapa Preliminar, cuja duração máxima é de 5 meses e na qual uma série de atividades devem ser realizadas. Entendemos que, enquanto não realizadas as atividades previstas para ocorrer na Etapa Preliminar, desde que não sejam decorrentes da ação ou omissão da Concessionária e independentemente de ultrapassado ou não seu prazo máximo, o Poder Concedente não poderá determinar o início do prazo de vigência da Concessão. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, solicitamos esclarecer.

RESPOSTA 27: Entendimento correto.

QUESTÃO 28:

Cláusulas 4.1.2.1(vii) e 13.2 da Minuta de Contrato

Entendemos que as condições de projeto relacionadas às interfaces com as demais linhas do serviço público metroferroviário, a serem informadas pelo Poder Concedente à Concessionária na Etapa Preliminar, portanto após a apresentação da proposta, nos termos da cláusula 4.1.2.1 (vii), devem obrigatoriamente ser disponibilizadas pelo Poder Concedente antes da entrega das propostas, a fim de que as proponentes possam mensurar tais custos com as interfaces e levá-las em consideração em sua proposta. De tal modo, se faz necessário que o Poder Concedente disponibilize desde já as aludidas informações. Ademais, entendemos que na hipótese de variações nas interfaces ensejarão recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

RESPOSTA 28: As informações constantes dos anexos do edital são suficientes para a formulação da proposta.

QUESTÃO 29:

4.1.2.1 (x) da Minuta de Contrato

A cláusula 4.1.2.1 (x) diz que o “contrato de prestação de serviços de administração de valores em conta vinculada” está previsto na cláusula 37.9. Entendemos haver um



**SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja**

erro de referência na cláusula 4.1.2.1 (x), eis que “contrato de prestação de serviços de administração de valores em conta vinculada” está previsto na cláusula 37.12 e não cláusula 37.9. Solicitamos esclarecer qual a referência correta.

RESPOSTA 29: A referência é item 37.12.

QUESTÃO 30:

Cláusula 18.2 e 18.2.1 da Minuta de Contrato

O Contrato estabelece que capital social subscrito da Concessionária é de R\$890.000.000,00 (oitocentos e noventa milhões de reais), sendo que apenas R\$52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de reais), devem integralizados no ato da constituição, em moeda corrente nacional. Considerando o disposto no art. 80, II da Lei de S.A., que estabelece a integralização de 10% (dez por cento) do valor das ações subscritas em dinheiro no ato da constituição, entendemos que a disposição contida no item 18.2.1 viola a lei de S.A. e, portanto, o cronograma de integralização deveria ser alterado. Está correto nosso entendimento?

RESPOSTA 30: O entendimento está correto, vigorando o item 18.2 com a seguinte redação, sendo suprimida a expressão “inicialmente subscrito” do item 18.2.2: “18.2 O capital social inicial subscrito da CONCESSIONÁRIA é de R\$ 520.000.000,00 (quinhentos e vinte milhões de reais), devendo ser aumentado para R\$ 890.000.000,00 (oitocentos e noventa milhões de reais) no 25º mês do início do prazo de vigência da CONCESSÃO, e será integralizado pelos acionistas nos seguintes termos: ...” Em consequência, fica adaptado o item 14.5 do edital, bem como suas respectivas remissões, para guardar conformidade com os itens 18.2 e 18.2.2 ajustados.

QUESTÃO 31:

Cláusulas 20.3.1 e 4.1.4.3 da Minuta de Contrato

Considerando a redação das cláusulas 4.1.4.3 e 20.3.1, entendemos que apenas não será objeto de recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, o atraso no cumprimento do cronograma de Implantação do Empreendimento decorrente da responsabilidade comprovada da Concessionária. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, solicitamos esclarecer.

RESPOSTA 31: O entendimento está correto, desde que obedecida a alocação de riscos prevista no contrato.

QUESTÃO 32:

Cláusula 20.6.4 da Minuta de Contrato

Considerando a cláusula 20.6.4 determina ser risco da concessionária a responsabilidade civil, administrativa, penal e ambiental decorrente da implantação e da operação da LINHA 6 e que apresente nexo causal entre as atividades da



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja

implantação e da operação dos serviços e o dano, entendemos que a Concessionária não será responsabilizada por eventuais danos ou prejuízos de terceiros decorrentes da mera existência ou localização da obra (fato da obra). Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA 32: Vide item 20.6.4.1 da Cláusula Vigésima da minuta de contrato, Anexo XXII do edital.

QUESTÃO 33:

Cláusulas 20.8.2, 20.8.2.1 e 13.2 da Minuta de Contrato

Considerando o teor das cláusulas 13.2, 20.8.2 e 20.8.2.1 da minuta do Contrato de Concessão, entendemos que os fatores de risco geotecnológicos identificados nos estudos realizados pelo Poder Concedente constituem exceção à cláusula 13.2, não sendo considerados como estudos meramente referenciais. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, solicitamos esclarecer.

RESPOSTA 33: O estudo constante do Volume IV do Anexo I é considerado como parâmetro para efeito do compartilhamento de risco, tal qual indica o item 20.8.1 da minuta de contrato.

QUESTÃO 34:

Cláusulas 20.9.1, 20.9.2.1 e 13.2 da Minuta de Contrato

Considerando o teor das cláusulas 13.2, 20.9.1 e 20.9.2.1 da minuta do Contrato de Concessão, entendemos que os fatores de riscos de interferências identificadas nos estudos realizados pelo Poder Concedente constituem exceção à cláusula 13.2, não sendo considerados como estudos meramente referenciais. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, solicitamos esclarecer.

RESPOSTA 34: O estudo constante do Volume V do Anexo I é considerado como parâmetro para efeito do compartilhamento de risco, tal qual indica o item 20.9.1 da minuta de contrato.

QUESTÃO 35:

Cláusula 20.10.3 da Minuta de Contrato

O projeto funcional de implantação da Linha 6 disponibilizado contempla a instalação do Pátio denominado Morro Grande numa antiga pedreira. Ao aprofundar os estudos verificamos a existência de dois processos ativos junto ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). Analisando este cenário juntamente com o que estabelece a cláusula 20.10.3 da Minuta do Edital, que define como RISCOS EXCLUSIVOS DO PODER CONCEDENTE todos os custos decorrentes das expropriações, entendemos que não constitui risco ao CONCESSIONÁRIO qualquer decisão da DNPM nestes processos que impacte a implantação do projeto. Nosso



**SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja**

entendimento está correto?

RESPOSTA 35: Entendimento correto.

QUESTÃO 36:

Cláusula 21.3.1 da Minuta de Contrato

Considerando o subjetivismo conferido pela expressão substancial à cláusula 21.3.1 da minuta do Contrato de Concessão, bem como a disposição do art. 65, I da Lei n. 8.666, que assegura aos contratados amplo direito ao equilíbrio econômico-financeiro em caso de modificações unilaterais da avença pela Administração, entendemos não haver legitimidade em limitar a proteção legal conferida pelo direito ao reequilíbrio apenas às alterações “substanciais”. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, solicitamos esclarecer o que será considerado alteração substancial. Em especial, solicitamos esclarecer a razão de se estar desviando do marco legal vigente e retirando proteções legais conferidas à Concessionária.

RESPOSTA 36: A repartição de riscos obedece ao artigo 10 da Lei nº 8.987/1995 c/c artigo 5º, III da Lei nº 11.079/2004, cabendo verificar se a hipótese concreta se enquadra na matriz de risco estabelecida no contrato.

QUESTÃO 37:

Cláusula 25.3 da Minuta de Contrato

Na hipótese de o Poder Concedente restar inerte ou atrasar racionalização operacional das linhas de ônibus intermunicipal que tenham como destino ou prestem atendimento à área de influência da linha 6, apesar da obrigação estabelecida na cláusula 25.3 da minuta do Contrato de Concessão, é certo que ocorrerá um impacto negativo no modelo de negócio. Dessa forma, entendemos que, se até o início da operação comercial o Poder Concedente não realizar a racionalização das linhas de ônibus, haverá a obrigatoriedade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Está correto o nosso entendimento?

RESPOSTA 37: O entendimento não está correto. A racionalização mencionada se dará concomitante e coordenadamente ao prazo de implantação e operação da Linha.

QUESTÃO 38:

Cláusula 27.2.1.3.5 da Minuta de Contrato

A Cláusula 27.2.1.3.5 determina que o atraso superior a 5 dias no pagamento de qualquer das parcelas do Aporte de Recursos por culpa exclusiva do Poder Concedente ensejará o dever de efetuar o pagamento do valor devido acrescido de juros de mora correspondente à variação pro rata temporis da taxa SELIC. Em vista das disposições contratuais 34.3 que imputam à Concessionária multa pelo descumprimento de obrigações contratuais, entendemos que a mesma sistemática deve ser aplicada ao Poder Concedente, de modo que o atraso previsto na Cláusula



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja

27.2.1.3.5, além da SELIC deve ser aplicada multa de 2%. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, solicitamos esclarecer.

RESPOSTA 38: O entendimento não está correto.

QUESTÃO 39:

Cláusula 27.5 da Minuta de Contrato

A Cláusula 27.5 estabelece que os eventos da parcela vencida não executados serão incluídos na parcela subsequente para efeito de pagamento. Entendemos que, resolvida eventual pendência que impeça o pagamento do aporte, o pagamento ocorrerá no momento da resolução da pendência e na forma estabelecida pelo Contrato.

RESPOSTA 39: Mantida a condição da minuta de contrato.

QUESTÃO 40:

Cláusula 37.3 e 37.12.4 da Minuta de Contrato

Considerando as disposições contidas nas cláusulas 37.3 e 37.12.4 do Contrato, entendemos que os custos decorrentes da preparação e propositura da ação são da Concessionária, excetuadas as custas processuais para a distribuição do processo, que serão arcadas pelo Poder Concedente. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, solicitamos esclarecer.

RESPOSTA 40: O entendimento está correto.

QUESTÃO 41:

Cláusula 51.4 da Minuta de Contrato

A cláusula 51.4 do Contrato de concessão determina que a concessionária deverá implantar Sistema de Gestão Ambiental, em conformidade com a NBR ISO 14001, com escopo que abranja todas suas atividades, sendo que o referido sistema deverá ser certificado por organismo certificador credenciado pelo INMETRO para sistema de gestão ambiental, a partir da operação comercial da Linha 6. Assim, entendemos que o prazo para implantação do Sistema de Gestão Ambiental e sua certificação por organismo certificador credenciado se estende até o início da operação comercial da Linha 6, prevista para ocorrer no prazo de 6 anos após a assinatura do Contrato. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, solicitamos esclarecer.

RESPOSTA 41: A partir da Operação Comercial da linha 6, independente do momento em que ela ocorra.

QUESTÃO 42:

Cláusulas 52.7 e 52.7.5 da Minuta de Contrato



**SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja**

A minuta do Contrato de Concessão prevê o pagamento de uma remuneração contingente, nas hipóteses mencionadas na cláusula 52.7 da minuta do Contrato de Concessão. Não obstante, a cláusula 52.7.5 determina que, quando do restabelecimento do pagamento da Contraprestação Pecuniária, na forma do contrato, será apurada, no prazo de até 30 dias, a diferença entre a contraprestação pecuniária devida no período de inadimplência e o valor recebido pela Concessionária a título de remuneração contingente, a qual deverá ser paga no prazo de até 90 dias. Com isso, percebe-se haver um enorme atraso para o pagamento deste valor, impondo prejuízos à Concessionária. Entendemos que haverá pagamento do valor devido à Concessionária imediatamente após efetuada a apuração, sendo passível de recomposição do valor devido nos moldes estabelecidos no contrato em caso de inadimplência. Nosso entendimento está correto? Caso contrário, solicitamos esclarecer.

RESPOSTA 42: Mantido o item 52.7.5.

QUESTÃO 43:

Itens 12 e 7 do documento 3 – Anexo I Volume II Elementos bás proj civil arq via permanente

No item 7.1 há a determinação de que as rotas de fuga deverão ser concebidas pelo leito das vias e passarelas laterais situadas próximas à altura do piso dos trens, atendendo à Norma NFPA 130. Apesar da NORMA NFPA 130 não estabelecer a necessidade de passarelas de emergência para a evacuação dos trens o item 12.1.4 do mesmo documento esclarece a necessidade de se implantar passarela de emergência em conformidade com a Norma NBR 15661, que determina largura mínima da mesma em 1,00m, entendemos, portanto, que esta solução deve ser adotada independentemente da solução de evacuação considerada pelo Concessionário. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, solicitamos esclarecer.

Ademais, solicitamos esclarecer qual o dimensionamento da passarela foi considerado para o orçamento e a formação do CAPEX necessário à implantação do empreendimento.

RESPOSTA 43: A solução a ser adotada pelo Concessionário deverá levar em consideração o estabelecido nos itens 7.1 e 12.1.4 do Volume II do Anexo I do Edital e atender às necessidades de evacuação segura. Ao contrário do alegado nas considerações da questão formulada, o item 7.1 determina o atendimento às normas NFPA 130 e NBR 15661 não restando, portanto, as dúvidas apontadas de interpretação. O projeto de engenharia é de responsabilidade do futuro Concessionário e deverá estar em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Edital e seus anexos.

QUESTÃO 44:



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja

Fatos excepcionais ou imprevisíveis:

Entendemos que a expressão “salvo disposição expressa em contrário” na cláusula 20.1. compreende também as disposições constantes na legislação vigente, especialmente o Código Civil e o art. 65, II, “d” da Lei Federal nº 8.666/1993. Este entendimento está correto?

RESPOSTA 44: A expressão deve ser lida salvo disposição expressa em contrário no contrato, portanto, na cláusula 20.1 no lugar de “salvo disposição expressa em contrário”, considere-se “salvo disposição expressa em contrário neste Contrato”.

QUESTÃO 45:

Arbitragem:

Considerando que nem mesmo naqueles contratos de concessão em que procedimento arbitral é obrigatório por força de lei, há a previsão de procedimento arbitral adaptado à administração (como por exemplo, na concessão de transporte aquaviário ou no Mercado Atacadista de Energia).

Verifica-se que tal previsão gera incertezas, uma vez que o Contrato não dispõe quais são os procedimentos e como devem ser adaptados ao Poder Público.

Entendemos que o regulamento a ser utilizado será aquele da câmara arbitral escolhida, independentemente de possuir os “Regulamentos adaptados às arbitragens com o Poder Público”. Este entendimento está correto?

RESPOSTA 45: Vide cláusulas 54.7 e 54.8. O Poder Concedente escolherá a câmara arbitral dentre as instituições de notório reconhecimento e que tenham, preferencialmente, experiência na matéria objeto do litígio a ser dirimido e Regulamento adaptado às arbitragens com o Poder Público. O procedimento arbitral observará o Regulamento da Câmara de Arbitragem adotada, bem como o disposto na Lei nº 9.307/96 e subsequentes alterações, assim como com as disposições constantes deste Contrato.

QUESTÃO 46:

Desapropriação:

Considerando todas as obrigações da Concessionária nos procedimentos de desapropriação, e especialmente a obrigação de ajuizamento das ações para desapropriações, ocupações temporárias e/ou instituição de servidões administrativas (cl. 37.5.2.1), verifica-se que todas essas obrigações estão condicionadas à efetivação da alteração do Decreto de Utilidade Pública (cl. 4.1.2.1, V), o que ocorrerá durante a Etapa Preliminar.

Tendo em vista a duração prevista da Etapa Preliminar de 4 (quatro) meses, entendemos que as obrigações dispostas na cláusula 37.5.2.1 deverão se dar no prazo de 2 (dois) meses a partir da “Declaração de Início do Prazo de Vigência da Concessão”. Este entendimento está correto?

RESPOSTA 46: Por si só, os itens 37.5.2.1, “a” e 4.1.2 esclarecem a dúvida suscitada.

Item 37.5.2.1: “O ajuste mencionado no item anterior ficará condicionado a: a) que as ações para desapropriações, ocupações temporárias e/ou instituição de servidões administrativas



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja

tenham sido ajuizadas no prazo de 2 (meses) meses a partir do início do prazo de vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO” e item 4.1: “O prazo de vigência da CONCESSÃO estabelecido no item 4.1 desta Cláusula inicia-se com a ‘Declaração de Início do Prazo de Vigência da CONCESSÃO’, emitida após concluídas as obrigações do PODER CONCEDENTE previstas na Etapa Preliminar.”

QUESTÃO 47:

Prazo para Certificadora da Implantação:

Nos casos previstos nos itens 20.8.2.3 e no 20.9.2.3 da minuta do contrato de concessão, entendemos que o prazo para a Certificadora elaborar seu relatório e o Poder Concedente se manifestar já está incluído dentro do prazo de 15 dias úteis mencionado. Solicitamos a confirmação deste entendimento. Caso não esteja correto tal entendimento, solicitamos informar o prazo máximo para que o Poder Concedente se manifeste.

RESPOSTA 47: Correto o entendimento.

QUESTÃO 48:

Comprovação do Patrimônio Líquido do Fundo de Investimento:

Entendemos que a obrigação de comprovação do patrimônio líquido de Fundos de Investimentos poderá ser realizada tanto por meio do balanço patrimonial do Fundo de Investimento, quanto pelo balanço patrimonial de seus cotistas, considerando-se, neste caso, o somatório dos Patrimônios Líquidos dos cotistas, proporcionalmente à participação de cada cotista no Fundo de Investimento (modelo que é adotado em outras licitações, como, por exemplo, nos leilões realizados pela ANEEL). Este entendimento está correto?

RESPOSTA 48: O entendimento está correto.

QUESTÃO 49:

Volume II do anexo I do Edital: “Elementos Básicos de Projeto Civil, Arquitetura e Via Permanente”:

Visando o atendimento aos prazos de implantação da Linha 6 e tendo em vista a otimização da qualidade executiva e do desempenho das estruturas a serem implantadas, entende-se que serão permitidas adaptações nas características, conceitos e requisitos técnicos constantes no Volume II do Anexo I do Edital, desde que permaneçam garantidos os requisitos impostos para atendimento e desempenho determinados para a prestação de serviço de transporte público. Este entendimento alinha-se à melhor aplicação do instrumento da concessão de serviço público, pois permite que o Poder Concedente seja premiado com a melhor da eficiência da Concessionária, vez que esta buscará otimizar a execução, empregando métodos mais eficientes para consecução do objeto final do contrato, qual seja, a prestação do serviço ao maior número de usuários no menor tempo. Este entendimento está correto?



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja

RESPOSTA 49: O projeto de engenharia é de responsabilidade do futuro Concessionário e deverá estar em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Edital e seus anexos. Modificações ou adaptações, observadas as condições da cláusula décima da minuta do contrato, dependerão da aprovação do Poder Concedente conforme o item 2.1. Documentação Técnica de Projeto, terceiro parágrafo do Volume II onde consta *“Modificações nas características, conceitos e requisitos técnicos e de desempenho constantes deste Volume II devem ser submetidas à avaliação do PODER CONCEDENTE”*.